

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Valter Campanato/Agência Brasil



Lula patrocina o jogo de Dino sobre o orçamento

O governo não apenas torce para Dino. Faz mais

O governo não irá confirmar publicamente. Mas não apenas torce como articula para que o Supremo Tribunal Federal (STF) mantenha a decisão do ministro Flávio Dino e não permita a volta das emendas Pix e do chamado orçamento secreto, a não ser com regras que, além de mais transparentes, façam retornar mais poder ao Executivo na questão orçamentária. Ainda que

o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tenha chamado ao PT parcela grande de responsabilidade no mau desempenho nas eleições municipais, o governo reconhece que houve um outro fator importante no processo: o temporal de dinheiro que os deputados e senadores conseguiram enviar para seus municípios com suas emendas. Nunca circulou tanto dinheiro.

Intermediários

Seria ingenuidade achar que o governo e o PT foram apenas vítimas no processo. Eles também se beneficiam da execução orçamentária. Mas o processo em torno das emendas de comissão e de relator praticamente eliminam a intermediação do governo.

Centrão

Num processo totalmente idealizado e coordenado pelo Congresso, é natural que se beneficiem mais aqueles que estão no comando. E quem está no comando do Congresso é o Centrão. São o PP, o PSD, o MDB e o União Brasil. Não por acaso, elegeram mais prefeitos.

Lula Marques/ Agência Brasil



Repercutiu mal a ideia de Lira num ministério

Processo favoreceu a continuidade. E era o Centrão

Outro aspecto avaliado pelo governo é que os cofres irrigados das prefeituras naturalmente favoreceram a continuidade. Se, portanto, já eram os partidos do Centrão aqueles que tinham mais prefeituras, isso também explicou o fato de as terem mantido. Tolhido pelas regras fiscais, tendo de fazer cortes no seu orçamento

de investimentos, pressionado pelo Congresso para não mexer nas emendas parlamentares, o governo viu minguar as suas próprias ferramentas. A interrupção da liberação determinada por Flávio Dino é agora uma chance de dar um freio. Ou ficará implantado na prática, via execução orçamentária, o tal semipresidencialismo.

Lira

Por isso, repercutiu mal junto a grupos governistas a entrevista dada pelo ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha, na qual sugere que o governo dê a Lira um ministério ao final do seu mandato. Seria pavimentar o enfraquecimento do Executivo, avaliam.

Sucessão

A essa altura, diante do jogo que outra vez embolou na sucessão da presidência da Câmara, o governo imagina voltar a ter condições de negociar uma nova correlação de forças. Com o Centrão dividido em duas candidaturas, sua posição volta a ser relevante.

Io ministro

Se Lira claramente defende o semipresidencialismo, que na verdade é um outro nome para um parlamentarismo, o que ele faria num ministério? Teria o mesmo peso dos demais? Aceitaria a subordinação do presidente? Ou entraria imaginando ter virado primeiro-ministro?

STF

E aí uma posição forte do pleno do STF redefinindo o jogo da distribuição orçamentária poderá ajudar. Dando, talvez, a Lula condições de fazer até 2026 o que pouco conseguiu fazer agora. Mas, para isso, ele precisa de aliados também no Congresso. Esse o próximo desafio.

Lira deve frear avanço do pacote Anti-Supremo

Ao Correio, analistas avaliam postura do presidente da Câmara

Lula Marques/ Agência Brasil

Por Gabriela Gallo

Após a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovar uma série de medidas que limitam os poderes dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), cabe ao presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), definir se dará continuidade aos processos ou não. Batizada de pacote anti-STF, a CCJ fez um esforço concentrado para aprovar duas Propostas de Emenda à Constituição (PECs) e dois projetos de lei antes do segundo turno das eleições municipais. Porém, Lira não manifesta ter a mesma pressa, tampouco interesse, em pautar os projetos no plenário da Câmara ou em abrir as comissões especiais que avaliarão as PECs.

Ao Correio da Manhã, o professor de Ciência Política no Centro Universitário UDF André Rosa, destacou que “não é interesse de nenhum ator político de grande destaque abrir uma rota de colisão com o Supremo”.

“Lira está agindo de maneira racional. Até porque não se sabe o quanto ele precisa do STF. Na maioria das vezes, tem algumas coisas por trás que deixa esse pano de fundo. É muito fácil defender uma pauta anti-STF se não for você quem escolhe o que vai entrar em pauta. Para ele, vai ser um custo político muito grande comprar essa briga”, defendeu Rosa.

Líderes

A expectativa é que o atual presidente da Câmara dos Deputados discuta o assunto na reunião de líderes da Câmara. E essa reunião, a tendência é que Lira tente convencer os líderes mais conservadores e que têm interesse em aprovar os projetos de que, se pautado, o texto não será aprovado.



Arthur Lira pode deixar temas do Supremo Tribunal Federal para o seu sucessor

Nessa linha, André Rosa acredita que os temas não devem ser pautados. Porém, ele destacou que “em política tudo pode mudar a qualquer momento”. Além da reunião de líderes, o deputado federal convocou os parlamentares para uma sessão deliberativa extraordinária virtual para esta terça-feira (15), às 15h. Como Lira liberou o registro de presença, é provável que a sessão não tenha quórum alto.

“Tudo indica que Lira, por estar no encerramento do mandato, talvez opte por diminuir e evitar atritos e confrontos [com o STF]. Até porque talvez essa questão já tenha que estar definida na tramitação de uma comissão especial. A postura de Lira agora é esperar. Agora a bola está no pé do Supremo. Lira já se movimentou, agora tende a ficar quieto”, completou o analista político Leandro Gambiati. De fato, no final da semana passada o STF já deu indicações de que poderá, ele mesmo, limitar alguns pontos da sua atuação, especialmente

quanto a decisões monocráticas (individuais, de apenas um ministro).

O cientista político Rócio Barreto ainda complementou, ao lembrar que Arthur Lira já tem alguns processos nas mãos de ministros da Suprema Corte e “ele não quer que avancem ou que haja qualquer tipo de indisposição”.

Sucessão

Por outro lado, como adiantado pelo Correio da Manhã, as pautas anti-STF podem ser usadas como uma moeda de troca na disputa interna para o próximo presidente da Câmara dos Deputados. Segundo o analista político Leandro Gambiati, Lira deve se abster da discussão e deixar o assunto para a gestão do novo presidente da Câmara. Porém, ele precisa tomar cuidado em não perder votos da oposição por conta disso. “Lira está dentro desse jogo da sucessão e precisa dos votos da oposição. É por isso que ele, de alguma forma, negociou também ao permitir a votação do

pacote anti Supremo na CCJ”.

Rócio Barreto ainda completa que o segundo turno das eleições municipais é outro agravante para que Arthur Lira não queira se manifestar sobre o pacote Anti-STF. Ele pode estar esperando o segundo turno para ter um quadro mais preciso do peso que terá a oposição ao governo Lula e as pautas mais à direita.

Decisões monocráticas

Questionados pela reportagem, tanto Gambiati quanto Rócio disseram que a PEC 8/2021, que limita decisões monocráticas (individuais) dos ministros da Suprema Corte, se pautada, tem chances de ser aprovada no plenário da Casa, visto que ela já foi aprovada no Senado Federal.

Outra PEC em análise é a PEC 28/2024, que permite ao poder Legislativo suspender decisões da Corte que os parlamentares avaliem que tenham “extrapolado” os poderes competentes ao Supremo. Essa teria chances bem menores.

Governo adia previsão de regulamentação da tributária

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Por Gabriela Gallo

Devido ao segundo turno das eleições municipais, a votação do primeiro projeto que regulamenta a reforma tributária (PLP 68/2024), que estava prevista para ser aprovada na primeira semana de novembro, foi adiada – mas segue prevista para ainda este ano. Dentre os motivos, o Congresso Nacional decidiu diminuir o ritmo durante o mês de outubro para que parlamentares envolvidos nas campanhas retornassem às suas bases eleitorais, até a data do segundo turno, em 27 de outubro.

A expectativa é que o projeto tramite na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal até o final de novembro para que, em dezembro, seja votado e aprovado no plenário da Casa. A informação foi adiantada em coletiva do ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha com a imprensa, nesta segunda-feira (14). No mesmo dia, a expectativa foi confirmada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

“Vamos nos debruçar sobre o tema no decorrer de outubro e ao longo de novembro e estamos otimistas de termos essa aprovação até o fim do ano, para que possamos virar essa



Padilha reestimou o prazo para a tributária

página, aguardar o período de transição e fazer valer um sistema tributário melhor do que o anterior”, disse Pacheco.

Ele ainda completou que “uma vez feita a reforma tributária”, os parlamentares irão tratar sobre os gastos públicos. “Que ele seja eficiente, otimizado, mais enxuto, [para termos] um Estado mais necessário. Esse também é o papel da política pós-reforma tributária, e o compromisso que também temos de assumir com o povo brasileiro”, destacou.

No Palácio do Planalto, em conversa com jornalistas, o ministro de Relações Institu-

cionais reiterou que os planos, tanto do governo quanto do Congresso, são de aprovar as medidas ainda neste ano. “Nós queremos concluir a regulamentação neste ano e acreditamos que também é um compromisso, é um objetivo dos presidentes das duas Casas [legislativas] para terminar como um legado dessa presidência e do conjunto do Congresso”, declarou Padilha.

Impostos

No Senado, Rodrigo Pacheco foi questionado pela imprensa sobre eventuais propostas de lei adicionais que podem

gerar aumentos de impostos no país. Ele disse que a situação somente acontecerá em caso de extrema necessidade, como, por exemplo, para conter o déficit público.

“Precisamos ter muita cautela em relações a esses projetos, e nosso intuito é promover uma ampla discussão para uma grande reflexão, tanto na Câmara quanto no Senado, a fim de discutirmos e entendermos a real necessidade desse aumento de carga tributária nesse momento”, afirmou o presidente do Senado.

O PLP 68/24 regulamenta os novos impostos Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e Imposto Seletivo (IS), que terá uma alíquota maior (a fim de encarecer) produtos que sejam prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. Enquanto o Senado se apressa para finalizar o relatório do PLP 68, a Câmara dos Deputados também precisa finalizar a votação do PLP 108/2024, o segundo projeto da tributária que cria o comitê gestor do IBS, voltado para fiscalizar o imposto.

Nesta quarta-feira (16), o relator do projeto, senador Eduardo Braga (MDB-AM), apresentará seu plano de trabalho para analisar o tema.